

ENSINO DE CIÊNCIAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ANÁLISE NA FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS DO PIBID

Alan dos Santos Souza (Pós-Crítica/UNEB)²

Resumo: A escola pública tem como diretriz a inclusão social, que ampare os menos privilegiados, e minimize as diferenças (BRASIL, 1996). Contudo o ensino de fenômenos, fatos e suas interpretações desvinculadas de seus aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais não permitem que a proposta educacional do ensino de ciências seja atingida. As possíveis relações sobre os sentidos, significados e fatores intralinguísticos caracterizam possibilidades de investigações a serem seguidas, inclusive as interpretativas sobre os conceitos raciais. A escola como instituição difusora de conhecimento é um espaço favorável para discutir as desigualdades sociais e como essas estão atreladas as diferenças etnicorraciais (LIMA, 2015). Insere-se neste contexto e na educação nacional o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência — PIBID. O programa possui diversas diretrizes entre elas estão a ampliação da parceria entre universidades e escolas públicas; estabelecer ações direcionadas a melhoria da formação de professores da Educação Básica. Na cidade de Catu, por meio do vínculo entre o Instituto Federal Baiano (curso de licenciatura em química) e o Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Ribeiro Pessoa diversas ações são desenvolvidas pelo programa. Destaco os encontros periódicos entre bolsistas e orientadores, onde discutimos quase sempre sobre o ensino das Ciências e métodos científicos, mas nunca discutimos as relações étnico-raciais! Como pensar a educação sem pensar nas diferenças e desigualdades? (LIMA, 2015). Esta pesquisa tem como objetivo: investigar a existência de processos educativos que amparem as relações étnico-raciais vinculadas ao programa; visibilizar que as desigualdades sociais estão atreladas as diferenças raciais (NASCIMENTO, 2003). Espera-se visibilizar a vivência dos bolsistas ensejada nas relações étnico-raciais viabilizadas pelas instituições envolvidas e contribuir para interpelar a concepção de raça que está firmada nas ciências. Para isto, a metodologia da pesquisa será de base qualitativa e será observada no grupo de licenciandos bolsistas do PIBID. A pesquisa está lastreada em autores como Eliane Cavalleiro (2000), Maria Nazaré Lima (2015), Elisa Larkin Nascimento (2003) e Lilia Schwarcz (1993).

Palavras-chave: Racismo. Desigualdades. PIBID.

INTRODUÇÃO

A escola pública tem como diretriz a inclusão social, que ampare os menos privilegiados, que minimize as diferenças, contudo o ensino de fenômenos, fatos e suas interpretações desvinculadas de seus aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais não permite que a proposta educacional do ensino de Ciências seja atingida. O ensino de Ciências é parte essencial da educação e deve ser posicionado no eixo criativo da escola.

As desigualdades sociais estão atreladas as diferenças raciais. A escola como instituição difusora de conhecimento é o espaço favorável a discutir essas questões fundamentais. É nela que necessitamos explicitar de modo a contribuir para minimizar as discriminações que nela se apresentam e se propagam.

A melhoria na qualidade do ensino de Ciências aponta para muitas direções, entre elas a formação continuada dos professores e a articulação das universidades com o ensino básico. Destas

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Profa. Dra. Lícia Maria Lima Barbosa. Endereço eletrônico: alansouza007@yahoo.com.br.

considerações emergem a árdua missão de transformar o ensino informativo em criativo, e uma condição para tal está na qualidade na formação de professores. Assim ganha ênfase nesse contexto o papel das universidades, que despertem nos líderes educacionais (professores) a capacidade de desenvolver responsabilidades sociais e políticas em prol da superação do colonialismo cultural que ainda hoje caracteriza os sistemas de ensino.

Destaca-se neste contexto e na educação nacional o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência — PIBID. O programa é financiado pela CAPES e possui diversos objetivos, entre eles: a ampliação da parceria entre as universidades e as escolas das redes públicas, o fortalecimento das ações para a melhoria da formação inicial de professores e da Educação Básica. Essa parceria entre a CAPES, Instituição de Educação Superior (IES) e Escola Pública permite a inserção do graduando nas escolas e o desenvolvimento de atividades que auxiliam na aprendizagem dos discentes da escola pública e discentes da IES. O PIBID IF Baiano, campus Catu-Ba, conta atualmente com 44 bolsistas licenciandos em química, e neste estive inserido como supervisor em duas escolas estaduais, das quais acompanhei 18(dezoito) bolsistas licenciandos. As propostas de trabalho integrado entre os licenciandos e supervisores (professores da Educação Básica) têm como principal riqueza a diversidade e pluralidade de saberes e experiências. O exemplo, desenvolvemos desde 2012, 17(dezessete) ações pedagógicas nas escolas conveniadas. Entre estas cito a reunião quinzenal entre bolsistas e supervisores, nas quais discutimos: as diretrizes do programa, as demandas da escola, ações que serão implementadas, mantidas e os resultados encontrados. De forma que a troca das experiências pedagógicas vivenciada pelos bolsistas seja compartilhada, todo o encontro é registrado por meio de ata e encaminhado para o e-mail do grupo, assim a cada nova reunião a ata anterior é lida e verificado o avanço das ações eleitas.

Apesar de avanços pontuais com a implementação do PIBID nas escolas que acompanho (leciono) durante 17 anos, a realidade destas não diferiu da realidade das escolas brasileiras: a repetição de histórias de fracasso da escola pública, em grande magnitude, com base em dados oficiais, dos estudantes negros. Seja na retenção ou exclusão destes ainda há sobre os que persistem nos estudos o prejuízo social e intelectual das práticas racistas.

Durante o período mencionado como docente da educação básica pouco foi proposto pela escola quanto a valorização da cultura africana. O exemplo do que acontece no dia da consciência Negra, dia do Folclore, o negro é tratado como exótico, distante e no geral aborda o tema de forma restrita. Nos encontros semanais do PIBID discutimos quase sempre sobre o ensino das Ciências e métodos científicos, mas nunca discutimos as relações étnico-raciais?! Como pensamos educação sem pensar nas diferenças e nas desigualdades?

Diante do desvelar da ausência de formação adequada (licenciatura em matemática concluída em 2000) que possibilite construir, orientar, abordar e/ou despertar dentro do processo educativo as relações etnicorraciais; do desconhecimento do racismo institucional; da inconsistência sobre minha identidade racial que questiono: Atualmente existe no programa de formação de professores do IF Baiano de Catu tal preocupação quanto a essas questões? E se existem, são suficientes e necessárias?

Na possibilidade de contribuir com práticas político-pedagógicas favoráveis a promoção da igualdade na escola que proponho investigar a existência de fundamentos teóricos, para as relações étnico-raciais que deverão (deveriam) ser vivenciadas ao futuro professor, durante a formação dos professores, bolsistas do PIBID, discentes do IF Baiano, do curso de licenciatura em química.

Assim esta pesquisa tem como objetivo: investigar a existência de processos educativos que amparem as relações étnicas raciais vinculadas ao programa; visibilizar que as desigualdades sociais estão atreladas as diferenças raciais.

Espera-se visibilizar a vivência dos bolsistas ensejada nas relações étnicas raciais viabilizadas pelas instituições envolvidas e contribuir para interpelar a concepção de raça que está firmada nas ciências.

Para isto, a metodologia da pesquisa será de base qualitativa e será observada no grupo de licenciandos bolsistas do PIBID. A pesquisa está lastreada em autores como Eliane Cavalleiro (2000), Maria Nazaré Lima (2015), Elisa Larkin Nascimento (2003) e Lilia Schwarcz (1993).

A EDUCAÇÃO E O RACISMO NO BRASIL

As competências gerais da Base Nacional Curricular Comum — BNCC são definidas em três grupos (competências pessoais e sociais, competências cognitivas e competências comunicativas) que se inter-relacionam e perpassam todas as áreas e componentes da educação básica para a construção de conhecimentos, habilidades e formação de atitudes e valores. Na área das Ciências Naturais estas competências estabelecem:

Compromisso com o desenvolvimento do letramento científico, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais das ciências (BRASIL, 2016, p. 317).

De forma que para a BCNN aprender ciência não se esgota na finalidade do letramento, mas percorre-se pela capacidade de atuar sobre o mundo exercendo a prática da cidadania. Para tanto se torna imprescindível o acesso aos conhecimentos produzidos durante a história articulando diversos campos do saber.

Apesar do seu caráter normativo a BNCC reconhece as desigualdades sociais e a acentuada diversidade cultural do Brasil, de forma que respeita as identidades singulares (linguística, étnica e cultural) dos estudantes e sobre estas explicita diretrizes comuns para garantir a promoção da igualdade educacional.

“O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias” (BRASIL, 2016, p. 13).

De forma que a Base Nacional Comum Curricular reconhece a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas; de diferenciação curricular; compreende a necessidade de participação social e política, exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças; respeito mútuo; reconhecimento e valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro; postura contrária a discriminações. De base nestes documentos, infere-se que as relações sociais e, em especial, as etnicorraciais, são essenciais para o exercício da cidadania plena, assim como para processos formativos que a promovam.

Lima (2015) aborda o racismo na educação brasileira, “O/a estudante negro/a, enfrenta maiores barreiras no sistema escolar, e a escola que ele frequenta não é a mesma frequentada pelo estudante branco”. A autora enfatiza o avanço no combate das desigualdades raciais por meio das Leis 10.639/03 e 11.645 que trazem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira em tempo que a desvalorização da cultura negro-africana é uma das práticas preconceituosas que acontecem na escola.

Corroborando com esse pensamento Silva (2009), ao descrever que as estatísticas atuais ressaltam a importância de análises acerca da interface entre escolarização e relações étnico-raciais nos diferentes níveis de ensino e em diferentes esferas, desde as políticas educacionais até as ações em sala de aula. O autor enfatiza que por meio das pesquisas o preconceito e discriminação raciais se mostram parte do cotidiano de crianças, jovens e adultos/as negros/as que frequentam os bancos escolares, inclusive no ensino fundamental. Ainda sobre esses dados Cavalleiro (2000) e Souza (2001) corroboram que é na escola que as crianças negras têm suas primeiras experiências com o preconceito e discriminação racial, que marcam significativamente sua escolarização ou mesmo sua saída do sistema educacional. As pesquisas mencionadas apontam caminhos e procedimentos a serem estabelecidos para mudar essa realidade. Além disso, ressaltam a importância do currículo e da cultura na proposição de práticas educativas voltadas a transformar a realidade de exclusão gerada.

Um passo para compreender a manutenção da exclusão social e investigar a construção do mito brasileiro da democracia racial, isto é, a investigação “sob outro olhar” do que vivemos no

passado. O que pode ser aprofundado por comparação aos dias atuais, e ao questionarmos conjuntamente se evoluímos socialmente:

O mito já desmoronou, mas no imaginário coletivo a ideia de que nosso problema seja social, de classe socioeconômica, e não da cor da pele, faz com que ainda subsista. Isso é o que eu chamo de “inércia do mito da democracia racial”. Ele continua a ter força, apesar de não existir mais, porque o Brasil oficial também já admitiu ser um país racista. Para o brasileiro é, porém, uma vergonha aceitar o fato de que também somos racistas (MUNANGA, 2012, p. 1).

De forma que a análise e investigação dos temas, conceitos e conhecimentos que circundam as relações étnicas raciais são reforçadas por Silvia (2007), ao defender que para desencadear, executar, avaliar é preciso que se compreenda como processos de aprender e de ensinar têm se constituído na história de formação da nação. E justifica esse argumento com base nos seguintes princípios: “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações” (SILVIA, 2007, p. 491).

De forma contrária, Larkin (2003, p. 113), defende que a questão racial no Brasil se encontra num estágio de larga desigualdades “[...] testemunho a comprovação estatística dos contornos raciais dessas desigualdades”.

A autora explicita que nas estatísticas oficiais as categorias branca e parda são notoriamente inflacionadas e a preta diminuída, que embora a soma dos pretos e pardos representarem 48,5% da população, as estimativas atingem 70% a 80% ao levar em conta a distorção desse “sortilégio da cor” denominado embranquecimento. De forma que considerando a dimensão racial faz-se necessário a subestimação da população negra na leitura dos dados estatísticos brasileiros. Apesar dessa discrepância, ainda com os dados oficiais do Ipea/IBGE são demonstrados por Larkin (2003) que os afro-brasileiro instruídos ganham menos que os brancos com mesmo nível, que 80% das mulheres negras estão empregadas em ocupações manuais e que as taxas de analfabetismos entre os afro-brasileiros são duas vezes maiores que entre os brancos. Todos os dados estatísticos contemplados pela autora determinam que existe racismo, no Brasil, associado a desigualdades sociais.

As teorias racistas foram adaptadas pelos cientistas brasileiros no século XIX, entre eles, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e João Batista Lacerda. Nina Rodrigues, psiquiatra maranhense, fundador do Instituto de Medicina Legal na Bahia, um dos antropólogos mais importantes da época, reforçava o pensamento europeu e não via a mistura das raças como algo positivo para o Brasil, segundo Da Matta (apud SCHWARCZ, 1993) “as características raciais inatas afetavam o comportamento social e deveriam ser levadas em conta por legisladores e autoridades policiais”. Assim Nina Rodrigues, defendia que a raça negra não poderia ter tratamento equivalente à raça branca, e detectou a inferioridade do africano a partir de seus parâmetros científicos, em seu trabalho de medicina legal.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, o termo “raça” estava associado ao holocausto contra Judeus na Europa, o que causou repúdio generalizado (diferente do genocídio aos povos africanos), contudo qualquer associação a diferenças raciais deveria ser extinta. Em tempo que caia o embasamento científico ao categorizar “raça” como conceito biológico.

Para Nascimento (2003) as associações aos termos “raças foram reelaboradas na tentativa da invalidade científica da divisão da espécie humana em raças, numa tentativa de serem mero resquício de uma etapa triste e já vencida na evolução do pensamento humano”. Contudo, essa operação de relegação da categoria “raça” não conseguiu eliminar os efeitos discriminatórios, perversos e contínuos sobre os povos que os atinge. E alerta sobre a operação racista no Brasil a exemplo dos países com a denominação “Latina” (atribuída às nações colonizadas pelos europeus latinos e demonstra o efeito psicológico profundo de enfatizar quem exerce a dominação), e por meio de uma ideologia, com uso do método científico, conseguiu quase por encanto encobrir a realidade de discriminação racial. Assim a categoria “raça” não classificaria socialmente os indivíduos pela sua origem (critério de classificação dos norte-americanos), mas sim pela sua cor, ou fenótipo ou como cita Nascimento (2003) pela “marca”.

O projeto de eliminar o termo “raça” e seus derivados não apagou o racismo dos espaços sociais nem apagou do senso comum a construção mental e social denominada por Nascimento (2003) de “raças simbólicas”. A categoria etnia aborda a dimensão do aspecto cultural coerente com as determinações, provas científicas, que não existem raças biológicas, contudo os grupos humanos que se remetem a origem geográfica (África, Ásia, Europa, América) evidenciam os aspectos da aparência física e quando estão em vivência comum, como o que vemos recentemente na Europa e EUA, são levados ao tratamento racionalizado devido a sua cultura: “Esse processo torna a própria cultura algo fixo, essência e “natural”, parecendo-se com noção biológica de raça, a distinguir um grupo e justificar sua subordinação” (NASCIMENTO, 2003, p. 48).

Segundo Nascimento (2003) o patrimonialismo (doutrina baseada na troca de favores, doações e benefícios dos submissos súditos para sustentar os privilégios dos governantes) é um dos pilares que sustenta atualmente as desigualdades sociais e raciais no Brasil.

E novamente, foi de Nina Rodrigues, a nefasta contribuição “de degeneração” da espécie a força impulsionadora da inferioridade dos afro-brasileiros que ditou a necessidade de “limpar a raça”. Nascimento (2003) cita Azevedo, 1987, para enfatizar que em 1872 o país possuía a imensa maioria da população afrodescendente da população. E com a iminência da abolição da escravatura a elite dominante se apressou desesperadamente a construir uma nova política pública destinada a apagar a “mancha negra” e purificar racialmente a nação.

Diante da necessidade de construir uma nação civilizada tornava-se essencial “embranquecer” o país, contudo a teoria vigente era a degenerescência, do racismo biológico adaptado por Nina Rodrigues, com força na degradação da espécie pela mistura racial. Assim a nova teoria racial nascia com propósito de diluir a base inferior social, que exaltasse a mistura racial, “embranquecimento” e a continuidade da prevalência do elemento superior, do branco. Essa política foi construída em duas vertentes: imigração europeia em massa, e a subordinação da mulher.

Neste processo de “melhorar a raça” os relacionamentos inter-raciais passaram a ser estimulados e os papéis da mulher se resumiam a branca para manter a “pureza” da raça, negra para o serviço doméstico e disponibilidade obrigatória ao sexo.

E a alegação para a imigração europeia veio da “falta de mão de obra qualificada” justificada mais uma vez pelo nefasto Nina Rodrigues ao discursar sobre “a bem conhecida incapacidade de um trabalho físico continuado e regular dos negros, fato que tem sua explicação natural na fisiologia comparada das raças humanas” (NASCIMENTO, 2003, p. 127). O que soa como ironia se considerarmos os quatro séculos de trabalhos escravizados.

CONSIDERAÇÕES

A investigação sobre a origem do conceito de raça, estipulado pelas teorias raciais como conceito biológico, no século XIX, nos permite compreender a dimensão da manipulação que criou a ideia da democracia racial. Contrapõe-se a isso a presença forte do racismo na sociedade, fato associado as desigualdades sociais. Para a atuação adequada das relações étnicas raciais tornam-se essenciais a investigação e difusão das teorias raciais vivenciadas, que a partir do modelo Europeu, influenciaram o pensamento racial brasileiro e foram adaptadas pelos nacionais homens da ciência sob o engodo da civilização (teoria da modernização) para a necessidade das elites em se manterem no poder.

Nessa perspectiva descortinam-se reflexões necessárias sobre as relações raciais que permitam aos excluídos da sociedade, assumirem posturas favoráveis (a exemplo das ações afirmativas) em confronto com as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica impôs em consonância com possibilidades de engajamento para desconstruir o mito da democracia racial.

Nas relações interpessoais o racismo prejudica a autoconfiança e autoestima de negros, impede construções de respeito, de reconhecimento, de solidariedade entre as pessoas. Assim são os princípios elencados pela Resolução CNE/CP 1/2004, que objetivam nas relações étnicas a promoção de aprendizagens para o exercício da cidadania ativa. E nesse contexto, homens e mulheres protagonizem o exercício da igualdade e direitos, que entendam as posições sociais hierárquicas forjadas, que conheçam e assumam as diferentes identidades (nacional, étnico-racial,

pessoal). Assim encontra-se o vértice, o ponto mais alto, desse trabalho que se dispõe a investigar a existência de educação étnico-racial (e se essas são adequadas) para a formação de professores do PIBID.

REFERENCIAS:

BRASIL. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Lei n. 9.394, de 20 dezembro de 1996. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm, Acesso em: 2 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base nacional comum curricular*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: dez. 2016.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

IBGE. *Mapa do mercado de trabalho no Brasil*. disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9483-mercado-de-trabalho.html?&t=downloads>.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. *Relações étnico raciais na escola: O papel das linguagens*. Salvador: EDUNEB, 2015. 134 p. v. 1.

MUNANGA, K. A educação colabora para a perpetuação do racismo. *Revista Carta Capital*, 2012. disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-educacao-colabora-para-a-perpetuacao-do-racismo>.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Sortilégio Da Cor - Identidade, Raça E Gênero No Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo Das Raças: Cientistas, Instituições E Questão Racial No Brasil. (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SOUZA, Irene Sales. *Os educadores e as relações interétnicas: pais e mestres*. Franca: Editora UNESP, v. 1, 2001.

SILVA, Douglas Verrangia Corrêa da. *A educação das relações étnico-raciais no ensino de ciências: Diálogos possíveis entre brasil e estados unidos*. Tese (Doutorado apresentada à Universidade Federa de São Carlos), 2009.